

CLIPPING IMPRESSO

09/09/2022



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	1
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2 - 4

CELERIDADE JUDICIAL

Judiciário já virtualizou 90% dos processos

A Justiça estadual do Maranhão já virtualizou 90,88% do acervo geral de 1.074.470 processos judiciais existentes nas varas, juizados especiais e turmas recursais, em todo o Estado. Os processos que ainda tramitam em papel são apenas 9,12% do total, que deverão estar 100% virtuais e tramitando em meio eletrônico até o final de 2023.

A previsão foi feita pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), com base em dados estatísticos extraídos dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJE) e TermoJuris, programas de acompanhamento da atividade judicial e do andamento do projeto de migração e virtualização dos processos na Justiça estadual.

De acordo com levantamento realizado pela assessoria de informática da CGJ-MA, do acervo total de processos existentes na Justiça de primeiro grau (1.074.470), 976.426 (90,88%) já são eletrônicos e 98.044 (9,12%) físicos. Isso significa que a maioria tramita e pode ser acessada e movimentada pela internet, pelas partes interessadas, de qualquer lugar.

Segundo dados do sistema TermoJuris, desta terça-feira, 6, desde o início do projeto, em 2019, 328.378 processos foram virtualizados, passando do papel para o computador, e agora tramitam em meio exclusivamente eletrônico. Esses se somam aos que já são autuados em formato virtual, nas unidades 100% digitais. A maioria dos processos virtualizados é de natureza cível (231.751) e os demais, criminais (96.627), acompanhando o perfil da demanda de ações na Justiça estadual.

BENEFÍCIOS DA VIRTUALIZAÇÃO PROCESSUAL

Dentre os benefícios da virtualização, o Judiciário aponta a otimização do uso dos recursos físicos, humanos

e orçamentários; maior transparência, publicidade dos atos e ordens judiciais; racionalização das rotinas de trabalho, trabalho a distância, economia de recursos materiais e celeridade processual, que repercutem na qualidade e na efetividade da prestação da Justiça ao cidadão.

DIGITALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

A virtualização processual é realizada em conjunto pelo Tribunal de Justiça do Estado e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, envolvendo ações de diversos setores, de forma integrada, nas atividades de digitalização dos autos, migração e virtualização nos sistemas eletrônicos.

O projeto foi retomado na mudança de gestões no Poder Judiciário, em abril deste ano, e até o final e agosto já tinham sido migrados para o ambiente virtual mais de 50 mil processos judiciais, que tramitam, exclusivamente, por meio eletrônico. Agora, a virtualização processual entra em uma nova fase, com o recebimento dos processos físicos vindos do interior do estado para digitalização dos autos e posterior migração para o ambiente virtual. “As primeiras comarcas que vão receber as equipes do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de receber esses processos, são aquelas com maior número de processo ainda tramitando de forma física”, informou o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, da Coordenação de Digitalização de Processos do Primeiro Grau e diretor da secretaria da Corregedoria.

REMESSA DE AUTOS PARA DIGITALIZAÇÃO

A Corregedoria do Judiciário articula, junto os juízes das comarcas e unidades judiciais, a remessa dos au-

tos físicos do interior do estado para a Central de Digitalização e Migração, que funciona no Fórum de São Luís.

De acordo com o cronograma do projeto, já receberam as equipes do projeto as comarcas de Humberto de Campos, Rosário e Barreirinhas, Vargem Grande e Chapadinha, em agosto. Apenas nessas comarcas já foram encaminhados para digitalização cerca de 10 mil processos. As próximas comarcas a serem visitadas serão Imperatriz – onde se estima o recebimento de mais 10 mil processos somente nesta comarca –, São Mateus e Coroatá, com cerca de cinco mil processos, em setembro.

DIGITALIZAR JÁ

As atividades de virtualização de processos seguem diretrizes do “Digitalizar Já”, instituído no Judiciário maranhense por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pela presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria.

Foram instaladas centrais de digitalização e virtualização nos fóruns de São Luís e Imperatriz, as duas maiores comarcas do Estado, que contam com o apoio de mão-de-obra de detentas do sistema prisional e estudantes universitários. Os secretários judiciais das comarcas passaram por treinamento sobre os procedimentos necessários à virtualização dos autos.

A CGJ-MA também publicou em sua página da internet (www.tjma.jus.br/cgj) uma cartilha explicativa e material de orientação, além de atos normativos. O cidadão pode acompanhar a evolução da virtualização na Justiça estadual por meio do aplicativo “TermoJuris”, também disponível no endereço eletrônico do órgão na internet.

Desembargador Paulo Velten dialoga com advogados na Expoema

Durante a 62ª Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), edição 2022, realizada no Parque Independência, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, visitou o stand da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA) e ministrou palestra no local.

Palestras, reuniões e orientações jurídicas são alguns dos serviços oferecidos pela instituição (OAB/MA), na maior feira agropecuária do Estado.

Na programação, o presidente da Corte de Justiça maranhense, desembargador Paulo Velten, promoveu um bate-papo com o público sobre o tema “A segurança jurídica nos contratos como fomento ao desenvolvimento econômico e social”, na noi-

te do dia 6 de setembro.

Durante a sua explanação, Paulo Velten ressaltou a importância do Poder Judiciário para a construção do Estado constitucional, enfatizando a necessidade de harmonia e a interdependência entre os poderes. “Precisamos lembrar do papel do Poder Judiciário enquanto instituição republicana na construção do Estado contemporâneo brasileiro. Temos que atuar com deferência aos demais poderes e com compromisso com os objetivos da República, dentre eles, assegurarmos o desenvolvimento econômico”, pontuou.

Velten acrescentou que um Judiciário forte, um árbitro imparcial e capaz de solucionar conflitos com civilidade é fundamental no ambiente de negócios.

O presidente do TJMA,

desembargador Paulo Velten, parafraseando o filósofo alemão Hans Gadamer, ressaltou que a ideia de segurança jurídica consiste exatamente em qualquer um poder saber a que se ater, a que seguir e a que obedecer. “Na verdade, ela é um fundamento do Estado Democrático, é a base, é fundamental para que possamos sobreviver com liberdade, com a ideia de previsibilidade, sobretudo no ambiente de negócios, gerando uma expectativa de confiança e segurança nas pessoas”, afirmou.

No decorrer do evento, Velten falou sobre o que a sociedade pode esperar do Poder Judiciário, neste momento. “Que ele contribua para a solidificação do Estado constitucional, com absoluta responsabilidade, reconhecendo o seu papel, com consciên-

cia das suas limitações, com autocontenção, o que recomenda a deferência aos demais Poderes e com absoluto compromisso com cidadãos e cidadãs. É o que a sociedade espera de todos nós”, frisou.

No encerramento da sua palestra, o desembargador Paulo Velten conclamou a todos e a todas a continuarem acreditando nas instituições. “Temos que continuar acreditando nos nossos valores democráticos, nas nossas instituições e termos uma fé inquebrantável de que somente com as instituições sólidas iremos avançar”, concluiu.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Na terça-feira (6), o público que visitou o stand da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

(OAB/MA), na Expoema, também assistiu à palestra “Regularização Fundiária como Instrumento de Desenvolvimento”, ministrada pela magistrada Ticiany Gedeon Palácio (Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça responsável pelas serventias extrajudiciais).

PARCERIA

o encerramento do evento, no dia 6, o presidente da OAB/MA, Kaio Saraiva, parabenizou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, pela palestra ministrada e pela atuação na Justiça maranhense. “Hoje, tivemos uma palestra diferente, com o presidente do TJMA que, além do distinto conhecimento, demonstra preocupação com o Estado do Maranhão, em âmbito nacional. Dentre tantos atributos que o

presidente Velten possui, quero destacar a parceria, o diálogo e o respeito que temido com as instituições, especialmente com a OAB/MA. Afinal, para um Estado de Direito forte, precisamos de instituições sólidas”, afirmou.

O presidente da Comissão de Agronegócio, Emerson Galvão, também elogiou a participação do Poder Judiciário maranhense no evento. “Ficamos extremamente felizes com a participação do Judiciário, em nosso stand. A OAB inova nesse sentido, pois a sociedade está presente na Expoema e precisa ter acesso a essas relevantes informações trazidas pelo desembargador Paulo Velten e pela juíza Ticiany Gedeon. O produtor rural se modernizou. Portanto, ele precisa estar próximo do Poder Judiciário,

para que efetivamente cumpra as leis”, afirmou.

Também participaram do evento os advogados Gustavo Sauáia e Antônio Gaspar; a tesoureira da OAB/MA, Mariana Berredo; a diretora educacional da Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB), Tatiane Lindoso; além de membros de comissões da OAB; representantes de instituições parceiras; e o público em geral.

PROGRAMAÇÃO

Durante a programação promovida no stand da OAB/MA - por meio da atuação da Comissão de Agronegócio e de várias outras comissões, juntamente com a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA) - são oferecidos diversos serviços à população, até o dia 11 de setem-

bro, tais como prestação jurisdicional e palestras.

Na noite do dia 6, foi exibido um documentário sobre a redemocratização do Brasil e o Bicentenário da Independência (1822 – 2022), produzido pela Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB). O vídeo contou com a participação do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, e do professor doutor e historiador Marcelo Cheche.

Na ocasião, também foi aberta uma exposição acerca do Bicentenário da Independência do Brasil. A mostra, no stand, é composta por peças do acervo do Museu da FMRB, oriundas da década de 80, época da redemocratização do país. A exposição completa acontece no Convento das Mercês. (*Agência TJMA de Notícias*)

Divulgação: Ribamar Pinheiro

